

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 21
DE 18-09-2006**

ACTA N.º 21

Data da reunião extraordinária: 18-09-2006

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 15:40 horas

Términus da reunião: 16:15 horas

Resumo diário da Tesouraria: 15/09/2006 1.624.630,89 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Francisco Maria Moita Flores

Vereadores: Rui Pedro de Sousa Barreiro

Ramiro José Jerónimo de Matos

Manuel António dos Santos Afonso

Mário José Rodrigues dos Santos

Luís Manuel da Graça Batista

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Lígia Corujo Reis Batalha

Henriqueta da Graça Pereira Carolo

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram quinze horas e quarenta minutos, dando conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de onze a catorze do corrente mês e constantes dos Editais números cento e dezasseis a cento e dezoito/dois mil e seis. -----

--- De seguida, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”: -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, DE COMPRA E VENDA DE CRÉDITOS FUTUROS REFERENTES AO CONTRATO DE CONCESSÃO COM A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL**-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da presente reunião em virtude de a respectiva documentação não ter estado, atempadamente, disponível para análise da Vereação. -----

--- **ENCARGOS COM TRANSPORTE DE REFEIÇÕES – TERCEIRO PERÍODO DO ANO LECTIVO DOIS MIL E CINCO/DOIS MIL E SEIS – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO ÀS ENTIDADES FORNECEDORAS**-----

--- No âmbito da educação pré-escolar e primeiro Ciclo, foi presente pela **Divisão de Educação** uma proposta de atribuição de subsídio de deslocação referente ao transporte da refeições, ou das crianças para o refeitório. Os valores em causa respeitam ao terceiro período do ano lectivo findo, totalizando cinco mil oitocentos e setenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos, a distribuir pelas entidades fornecedoras como a seguir se discrimina: -----

--- Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém – dois mil duzentos e setenta e um euros e vinte e oito cêntimos; -----

--- Bombeiros de Pernes – setenta e seis euros e trinta e dois cêntimos; -----

--- Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira – quinhentos e vinte e nove euros e vinte cêntimos; -----

- Centro Social da Moçarria – setenta e sete euros e setenta e seis cêntimos;-----
- Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz da Póvoa de Santarém – sessenta e dois euros e dez cêntimos;-----
- Clube Desportivo Amiense – seiscentos e setenta e um euros e quatro cêntimos;-----
- O Vigilante – trezentos e trinta e sete euros e oitenta e seis cêntimos;-----
- Santa Casa da Misericórdia de Alcanede – mil cento e noventa e oito euros e vinte cêntimos; -----
- Junta de Freguesia de Vale de Santarém – seiscentos e quarenta e nove euros e oitenta cêntimos. -----
- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** questionou, relativamente à aplicação da legislação sobre transportes escolares, se a posição da Câmara Municipal de Santarém será a de cumprir escrupulosamente a lei no que se refere aos quilómetros a partir dos quais se tem direito a comparticipação, ou se a autarquia está disposta a ir mais além. ---
- Sobre esta matéria o **senhor Presidente** começou por realçar que a Lei coloca problemas não só ao nível da distância mas também, entre outros, quanto aos requisitos dos meios de transporte, e a exigência do acompanhamento por auxiliar durante o transporte.
- Informou que a Câmara apoiou já a aquisição de uma carrinha nova para a freguesia da Várzea que já contempla os requisitos legalmente exigidos e relativamente às restantes foi assumido o compromisso de ser feita, durante o prazo legal para o efeito, a reconversão, dos meios de transporte já existentes de modo a que respeitem as condições agora impostas. -----
- Disse que no caso do ensino pré-escolar o transporte está a ser subvencionado pelos pais e a Câmara está a apoiar através da disponibilização de auxiliares. -----
- Comunicou que a abertura do ano lectivo tem estado a decorrer dentro da normalidade na maioria dos locais, tendo-se verificado alguns atrasos que entretanto já foram sanados. Referiu que se mantém algumas dificuldades apenas nas freguesias de Várzea e de São Vicente do Paúl, onde se deslocará, hoje e amanhã, respectivamente, no sentido de as resolver. -----
- O senhor Vereador **Rui Barreiro** sublinhou que a falta de comparticipação do

Governo, no esforço desenvolvido pelas Autarquias no âmbito da educação é recorrente, sendo uma prática dos sucessivos governos. No mandato anterior alguns alunos já tinham música, educação física, etc, devendo, em seu entender, ficar claro no espírito de todos, que as autarquias têm cumprido um papel fundamental na educação, nomeadamente na educação pré-primária e no primeiro ciclo do ensino básico, indo muito além daquilo que na administração central nos últimos anos tem acontecido. Assim, esta questão não é exclusivamente ideológica porque no mandato anterior também existiam outras actividades e o governo na altura também não favoreceu rigorosamente nada e era a Câmara que assumia esses encargos, assim como a deslocação dos jovens para as piscinas, entre outros transportes, e tudo isso se reflecte obviamente nas contas das autarquias. Manifestou a solidariedade dos eleitos do Partido Socialista para reivindicar mais e melhores transferências financeiras deste ou doutro governo para que possa ser cumprido um papel que lhe parece essencial e que devia ser prioritário nas autarquias que é o papel que podem exercer favoravelmente sobre a educação. A este propósito salientou a inauguração do pavilhão desportivo na Escola Mem Ramires que é um exemplo do esforço que a Câmara uma vez mais teve que desenvolver, ainda que com comparticipação financeira, todavia os custos administrativos e tudo o que está inerente à realização dessas obras passou pela Autarquia de Santarém. -----

--- O **senhor Presidente** considerou que, efectivamente há uma contínua demissão dos governos em relação ao ensino delegando sucessivamente competências sobre as autarquias sem as correspondentes contrapartidas financeiras todavia, em seu entender, ultimamente tem vindo a piorar, criando condições muitíssimo complicadas porque as conjunturas internacional e nacional são outras e a sobrecarga de compromissos, que já era excessiva, agora é insuportável. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** considerou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses devia ter um papel de maior intervenção e de maior exigência, o que de facto não acontece. Não se vê por parte das Câmaras Municipais, por parte dos autarcas eleitos, por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses e por parte da Associação Nacional de Freguesias e das próprias freguesias a mobilização e a

necessária crítica e denúncia de que responsabilidades sim mas, com as respectivas contrapartidas financeiras. Em seu entender, a intervenção camarária nas obras mais vocacionadas para a câmara municipal não é feita porque a Câmara se está a substituir naquilo que são ainda, em termos de lei, responsabilidades da administração central.-----

--- O senhor Vereador **Rui Barreiro** interveio novamente referindo que a posição da autarquia relativamente ao encerramento das escolas deve ser assumida tendo em conta que quando se aceita se está imediatamente a aumentar os encargos com os transportes. -

--- O **senhor Presidente** referiu que na altura da discussão sobre o encerramento das escolas o Ministério pretendia inicialmente encerrar dezasseis escolas e através de difíceis negociações conseguiu-se que fossem encerradas apenas sete. -----

--- Seguiu-se mais alguma troca de impressões relativa à descentralização de competências que o Governo tem vindo a operar, sem correspondência ao nível das verbas transferidas. O Executivo manifestou concordância relativamente ao facto de esta situação se arrastar com diversos governos, implicando o aumento de verbas despendidas pelas autarquias em áreas que não são da sua directa responsabilidade e, por consequência, diminuindo o investimento em áreas de competência autárquica. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de deslocação às entidades fornecedoras de refeições, no valor global de cinco mil oitocentos e setenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos, conforme proposto. -----

----- **TEMA PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**-----

--- Ofício número quatrocentos e quarenta e quatro/mail/fg/seis, do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português** dando conhecimento da resposta do Governo ao requerimento da Deputada Luísa Mesquita sobre “O Serviço Nacional de Saúde no Distrito de Santarém”-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** recordou que a próxima reunião do Executivo Municipal se encontra marcada para o dia

vinte e cinco do corrente, com início às quinze horas.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram dezasseis horas e quinze minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.-----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

--- **O PRESIDENTE**-----

--- Francisco Flores _____

--- **OS VEREADORES**-----

--- Rui Barreiro _____

--- Ramiro Matos _____

--- Manuel Afonso _____

--- Mário Santos _____

--- Luís Batista _____

--- Maria Luísa Mesquita _____

--- Lígia Batalha _____

--- Henriqueta Carolo _____